

A Educação Física e os portadores de deficiência

A Educação Física tem muito a oferecer às pessoas portadoras de diversos tipos de deficiência, nas mais variadas formas de atividade. Seguramente, é capaz de promover maior integração social do deficiente, provocando seu interesse pelo Esporte e pela própria graduação profissional



A atenção do Profissional de Educação Física pelo trabalho com portadores de deficiência é relativamente nova, assim como faz pouco tempo que a sociedade como um todo começou a encarar a questão. Os cursos de graduação ainda estão formando sua base teórica, porém uma série de acontecimentos espelha e vem produzindo uma mudança gradativa na maneira de encarar e tratar o portador de deficiência, para o qual a atividade física pode significar melhores condições de vida e maior inserção social.

Uma série de instrumentos legais visa dar garantias aos portadores de deficiências, havendo leis específicas por tipo de deficiência. No geral, a Constituição Federal de 1988 lhes assegura “a plena inserção

na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades”. Foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e instituída “a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas”. Posteriormente, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidou as normas de proteção e definiu explicitamente quem se enquadra em cada tipo de deficiência.

Até então, não é exagero dizer que as severas limitações físicas confinavam a maioria dos deficientes como camada excluída da sociedade. Vistos como seres sem potencialidade, eram marginalizados em todos os campos sociais. Diante da falta de qualquer estímulo, viam-se os próprios deficientes como excluídos, a começar pelas barreiras arquitetônicas, sem uma verdadeira percepção corporal de suas capacidades. Em trabalho dirigido ao X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Sérgio Cavalcante chama a atenção para a necessidade, sejam quais forem as tendências conceituais da Educação Física, de uma prática profissional para portadores de deficiência, especialmente a mental. E resume, em uma frase, o difícil equilíbrio na relação sociedade/deficiente, dizendo: *A história nos mostra que o portador de deficiência tem tido momentos distintos em seu relacionamento social. Há momentos marcados por rejeições, outros por segregações, sendo muitas vezes visto como vítima, ocorrendo assim o protecionismo exacerbado.*

Esse movimento de conscientização veio a ter no Esporte um forte aliado, com o interesse despertado pela participação de atletas brasileiros nos Jogos Paraolímpicos. O Desporto Paraolímpico Brasileiro começou a despontar em 1958, e em 1972 tomou parte nos Jogos pela primeira vez. Em 2000, por ocasião da oitava participação brasileira na competição, desta vez em Sydney, a maior cobertura da mídia e o volume de medalhas conquistados projetaram o país internacionalmente, fazendo crescer

também o interesse doméstico pelo desporto adaptado.

A popularização e a desmistificação da condição do deficiente tem sido levada à reflexão em outros importantes setores da sociedade. O cinema, por exemplo, tem abordado as mais variadas situações, como nos filmes *A força de um campeão*, *Carne trêmula*, *O óleo de Lorenzo* e *Uma janela para o céu*, que tratam da deficiência física, *À primeira vista* e *Além dos meus olhos* (visual), *Amargo regresso* e *Nascido em 4 de julho* (paraplegia), *Feliz ano velho* (Tetraplegia), *Filhos do silêncio* e *Mr. Holland* (auditiva), *Forrest Gump* e *Gilbert Grape* (mental), *Meu filho meu mundo*, *Nell* e *Rain man* (autismo), *Meu pé esquerdo* (paralisia cerebral), *O oitavo dia* (síndrome de Down).

No Brasil, a telenovela *História de Amor* projetou a questão do deficiente físico em nível nacional, conta João Carvalho, ex-presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro. Procurado por pessoas da ANDEF – Associação Niteroiense do Deficiente Físico, no Rio de Janeiro –, entre outras, o autor da novela, Manoel Carlos, aceitou diversas sugestões quanto ao tratamento dado ao personagem do ator Nuno Leal Maia, um Professor de Educação Física que sofre um acidente e torna-se portador de deficiência. Foi quando o personagem, deixando de se lamentar, voltou à vida e até a dar aulas de ginástica.

Na novela, a postura do personagem teve função exemplar e educativa, servindo para diluir muitos preconceitos, avalia Carvalho. Anos antes, porém, um Professor de Educação Física na “vida real” poderia até ser impedido de ensinar diante de uma situação que o incapacitasse fisicamente. E, sem dúvida alguma, a pessoa portadora de alguma deficiência jamais teria acesso aos cursos superiores de Educação Física, como hoje já acontece. Isto revela que o olhar do Profissional de Educação Física mudou, mudou também o perfil que se espera do Professor e, por conseguinte, os critérios de acesso às faculdades.

Reconhecimento social

Hoje, nem tudo são flores, mas esta transformação vem ocorrendo aos poucos e com muita luta, mas já aponta em um sentido de reconhecimento social do portador de deficiência, antes impensável – era visto mais como um doente incurável.

A Educação Física, portanto, vem despertando aos poucos para a sua importância – fundamental – no trabalho com o deficiente. Faz pouco tempo que nossas universidades deram início à formação de uma base teórica para esse trabalho, e cursos de especialização ainda são oferecidos em pequeno número e nem sempre com continuidade.

Enquanto Presidente da ANDE – Associação Nacional de Desportos para Deficientes –, que coordena boa parte do chamado esporte adaptado no Brasil, o Prof. Ivaldo Brandão trabalha diretamente com o esporte adaptado de alto nível. Mesmo assim, alerta: tendo começado pelo desenvolvimento da prática de alto nível, o Brasil carece de base científica própria, e precisa terminar de construí-la nas universidades. Brandão, Professor na Faculdade Castelo Branco, Rio de Janeiro, acrescenta: *Primeiro fomos mostrar capacidade, para depo-*

is reparar que faltava organizar uma base teórica para o esporte adaptado. Esta base começou a ser sedimentada pelas universidades brasileiras a partir de pesquisas feitas nos últimos dez anos. Por isso, temos mais conhecimento empírico e pouco conhecimento científico. Este veio inicialmente de fora. Sobra talento, e falta pessoal suficiente para orientar. Até 1990, só 23 cursos, das faculdades federais, tratavam da Educação Física Adaptada em seus currículos. Foi nesse ano que o governo federal chamou as mais de cem faculdades para fomentar a matéria em sua grade curricular.

Contudo, Brandão acredita que o sucesso alcançado por deficientes que praticam esporte motivará cada vez mais pessoas em situação semelhante, vindo a gerar uma demanda de Profissionais de Educação Física preparados, e vindo também pressionar o mercado de trabalho. *Esta é uma das grandes preocupações que o Conselho de Educação Física tem que ter. Haverá pressões sobre as academias, por profissionais e estabelecimentos capazes de atender os adaptados. Temos buscado trazer ao esporte adaptado os profissionais qualificados, exigindo o registro no CREF. Não por apologia ao Conselho, mas por acreditar que essa condição amplia o sentido de responsabilidade do preparador e qualifica o próprio esporte.*



A atividade física, em níveis variados, tem ajudado portadores de deficiência a adquirir não só maior mobilidade: resgatam também sua auto-estima, seu equilíbrio emocional. Mesmo deficientes físicos com mobilidade reduzidíssima podem praticar esportes, sob a tutela de Profissionais qualificados e habilitados.

Você diria que uma pessoa que apenas mexe a cabeça pode competir?, provoca o Prof. Ivaldo Brandão. Pois pode! Há campeões de bocha que indicam a direção da bola com o olhar, e soltam-na com um movimento do pescoço! A limitação existe, mas parte dela é muito mais psicológica do que motora. Ter o deficiente como inútil não passa de um preconceito. A determinação que o desporto exige e devolve ao deficiente significa a aquisição de uma gana de viver e se superar sem igual, acrescenta.

Sérgio Coelho de Oliveira, diretor-técnico da ABRADCAR – Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas –, dá um exemplo do extremo preparo necessário para que o Profissional de Educação Física trabalhe com segurança junto a portadores de deficiência. *Portadores de síndrome de Down, por exemplo, têm muito a ganhar com a prática de natação, desde que esta seja feita com cuidado e acompanhamento adequado. A síndrome provoca certa flacidez e deixa duas vértebras flutuantes. Movimentos do pescoço, como os praticados neste tipo de nado, podem causar lesão cervical e até esmagamento, com paralisia respiratória.*

O Prof. Brandão concorda que a graduação é insuficiente para o trabalho com deficientes, principalmente se envolver o desporto. *Mesmo após a graduação, o Profissional não tem conhecimento total das várias deficiências e suas particularidades, ainda que seu trabalho não venha a envolver o desporto. Por isso, algumas universidades já vêm oferecendo cursos de especialização. A FIEP de Foz do Iguaçu está abrindo uma linha de pesquisa nessa área, inaugurando um curso de personal para quem quiser treinar portadores de deficiência, analisa.*



Participação x Competição

Em que pesem as medalhas obtidas em Sydney, a atração exercida pelo desporto de alto rendimento não deve ofuscar o indispensável trabalho com o chamado esporte participativo e muito menos a tentativa de atrair para a prática de atividades físicas os não interessados em Esporte – o que é função dos Profissionais de Educação Física inclusive no trabalho com não-portadores de deficiência.

Na opinião de Ivaldo Brandão, esporte e atividade física quase se confundem, quando o assunto é o trabalho com deficientes. *Há deficiências que inibem a prática do desporto, ou este pode até piorar a condição física do praticante. Mas a atividade física vale-se do desporto como fator motivacional, tornando-se atividade física desportiva. Conhecemos um deficiente que tinha receio de jogar porque usava muletas. Começou a jogar futebol mesmo assim, e hoje nem usa*



mais muletas. É um trabalho difícil, pois um paralisado cerebral chega a ser confundido com um bêbado na rua, ao pegar um ônibus etc. A sociedade precisa entender que o objetivo do esporte adaptado para o portador de deficiência é melhorar a qualidade de vida do indivíduo, facilitando suas atividades cotidianas. Como fazer isso cada vez melhor é um desafio posto aos atuais e futuros Profissionais da Educação Física, e, ressalto, não só em relação a possíveis atletas paraolímpicos.

Um ponto importante na maneira de atuar é destacado por Brandão: o de que o Profissional de Educação Física, comparado ao Fisioterapeuta, por exemplo, não vê a pessoa portadora de deficiência como paciente, e ao não fazê-lo, amplia seus limites. Não há demérito nisso para a Fisioterapia. São fronteiras de atuação, explica.

A discussão sobre a prioridade dada ao esporte de alto desempenho, em possível detrimento do esporte de massa, movimentou o campo da Educação Física e do Esporte em geral – e não falamos apenas do esporte adaptado. Para João Carvalho, que foi presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro de 1995 a 1997 e de 1997 a 2001 – quando ocorreram os Jogos Paraolímpicos

de Atlanta (1996) e Sydney (2000) – não há como negar que a opção pelo esporte de altíssimo rendimento é excludente, o que não impede, afirma ele, que esta opção acabe funcionando como ferramenta de inclusão social. Ele explica: *Os Jogos Panamericanos e Olímpicos popularizaram modalidades extra-futebol no Brasil como nada mais conseguiria fazer, e hoje o esporte paraolímpico alcançou um nível de preparo e excelência que o aproxima, ao máximo, do esporte olímpico. Já é, também, um esporte espetáculo, e com tal ascensão, logo cairá no gosto das pessoas. Lembremos que nos Jogos de Sydney poucos records foram superados, exceto na Natação, e mesmo assim porque os equipamentos foram modificados. As provas já alcançaram o limite humano, o que não acontece nos Jogos Paraolímpicos, onde a competição tenderá a ser maior. Digo sempre que o esporte paraolímpico precisa da mídia tanto quanto do ar que respiramos, para atingir o deficiente que está escondido em casa sem ânimo, sem vontade de viver.*

Carvalho é Diretor de Projetos da ANDEF e atualmente trabalha na implantação do vôlei paraolímpico junto à Confederação Brasileira de Vôlei, na forma inicial de uma associação nacional que englobe as duas categorias existentes: o de competição, onde cinco atletas jogam sentados na quadra, ao

lado de um sem amputação, e o voleibol para surdos e deficientes mentais, no chamado esporte de participação, onde o que menos importa é competir. O desporto adaptado, ressalta, desmistifica a noção de inutilidade existente na sociedade. *O deficiente adquire confiança, pois percebe que, se pode até jogar e competir, pode o resto também. Acompanhamos deficientes de todo tipo e grau de deficiência, e a diferença entre o esportista e o não esportista é gritante. O amputado não esportista quer uma prótese que se aproxime o máximo da perna que perdeu. O esportista não centra sua atenção na estética, mas na estrutura, na funcionalidade, e adquire maior aceitação do problema* – garante Carvalho, que trabalhou pelo desenvolvimento do futebol para amputados no país, sendo fundador e primeiro presidente da ABDA – Associação Brasileira de Desporto para Amputados.

servindo de exemplo

A atividade física tem beneficiado portadores de deficiência em João Pessoa, na Paraíba, onde a Prof. Luciene Rodrigues (CREF 000301-P/PB) utiliza seus conhecimentos para um trabalho de Arte e Reabilitação junto a pessoas com qualquer tipo de deficiência – *um de meus alunos é deficiente auditivo e dança balé clássico, exemplifica. Luciene Rodrigues atua com Dança há 30 anos. Provisionada no CREF-PB, desenvolve seu trabalho junto a uma equipe multiprofissional de graduados em áreas como Educação Física, Pedagogia, Arte-Educação, Psicologia, Serviço Social, além de técnicos em cada oficina: dança, música, teatro, literatura e artes visuais.*

Este “Núcleo de Vivência em Artes”, coordenado por Rodrigues, foi criado em 1992 na Fundação Estadual Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência, presidida pela Sra. Maria de Fátima Ribeiro. Segundo a Coordenadora, o trabalho de integração

Carvalho ressalta a necessidade de reverter no portador de deficiência a expectativa inicial que acompanha a perspectiva da atividade física. Após o choque do nascimento com alguma deficiência, ou da doença ou acidente que a causou, começa a busca de tratamento e apoio à família e à própria pessoa. A fisioterapia é, então, sentida como um sacrifício que visa melhorar sua qualidade de vida, e a prática de esporte pode significar um sacrifício, quando *na verdade é o inverso, será um benefício inestimável para a vida dele*, comenta Carvalho. *Não tenho dúvida de que o Esporte é a mais importante ferramenta de inclusão social para o portador de deficiência, pois ajuda na recuperação de sua auto-estima e realmente promove maior qualidade de vida*, finaliza.



começa com a vivência na própria Fundação, quando os participantes se dão conta do elo que os liga aos demais, mesmo que portadores de outras deficiências. Há três tipos de trabalho desenvolvidos com a Dança: dança de reabilitação, dança artística e dança técnica. A dança artística costuma incluir grupos e coreografia, enquanto a técnica é competitiva e disputada entre duplas: um cadeirante e um andante.

Recentemente, Luciene Rodrigues tem se interessado igualmente pela dança competitiva. Ela participa de pesquisas sobre dança de rendimento desenvolvidas na Universidade de Campinas – Unicamp, e é Vice-Presidente

da Confederação Brasileira de Dança, que promoverá em novembro o II Campeonato Internacional, em Mogi das Cruzes. Exceto na competição, quando as modalidades e regras de danças de salão são previamente estabelecidas, a reabilitação pode envolver qualquer tipo de dança, do balé clássico à dança moderna, a especialidade de Luciene, valendo-se de todo tipo de movimento adequado a cada portador de deficiência. *A primeira coisa que aprendemos é a não trabalhar sozinhos com o deficiente, jamais prescindir de uma avaliação do fisioterapeuta, por exemplo. Em segundo lugar, perceber, interagir, perguntar a forma como a pessoa gostaria de começar a ser tocada, num processo lento de confiança – basta ver como mesmo pessoas não portadoras de deficiência têm dificuldade de abraçar. E em terceiro, chegar a dominar bem a técnica de manipulação da cadeira de rodas, para que o corpo não sofra. Para a dança, usa-se uma cadeira adequada, feita em alumínio e sob medida, como um prolongamento do corpo.*

A Fundação promove cursos para capacitar seu pessoal. Um de seus programas é o “Treini-

narte”, através do qual promove um treinamento em arte voltado a profissionais da Educação, de forma a ajudá-los a entender como trabalhar a Arte na Educação com o objetivo de reabilitação. O Núcleo de Vivência em Artes tem expandido sua atuação para o interior do Estado da Paraíba. Para Luciene, a avaliação é muito positiva: *Temos grupos com deficientes mentais que já estão na escola e conseguem conquistar alguma independência. O trabalho com dança e arte em geral tem sido excelente para o portador de deficiência, e felizmente a sociedade começa a vê-lo de forma bem diferente da que via anos atrás.*

Luciene Rodrigues foi homenageada na II Mostra Coreográfica de Dança de Salão (Teatro Villa Lobos, Rio de Janeiro)



superando adversidades

Um dos casos mais conhecidos de entrelaçamento entre Educação Física e deficiência motora é o da técnica de ginástica Olímpica Georgette Vidor, que ficou paraplégica depois do acidente com o ônibus em que viajava a equipe de ginástica do Flamengo. O ônibus bateu em um caminhão quando levava os atletas para disputar o Campeonato Brasileiro em Curitiba. Sete pessoas morreram e a também ginasta Úrsula Galera Flores, que sofreu traumatismo

craniano, não pôde mais competir. Seis anos depois, num exemplo de vida e de tenacidade, Georgette desfilava em pé durante o carnaval carioca de 2001, como referência ao poder da vontade, segundo registro do jornal O Globo.

Certamente, Georgette Vidor não é a única brasileira que, já graduada em Educação Física, manteve-se na profissão depois de um acidente. O caminho

inverso, contudo, também não é nada incomum, a exemplo da ginasta olímpica Ana Luiza Nonato de Faria, hoje com 27 anos. Deficiente visual, Ana Luiza nasceu com descolamento de retina, o que não a impediu de atualmente estar trabalhando com a mesma modalidade junto a deficientes visuais de vários graus – inclusive cegos. Graças a ela, que conhece bem as dificuldades do ginasta cego ou semi-cego, estes encontram menos dificuldade do que ela própria teve que superar.

O primeiro problema enfrentado por Ana Luiza foi a desinformação. *Ainda criança, temendo por minha segurança, meus pais me tiraram da ginástica olímpica que eu já fazia. Voltei a praticar por minha conta, aos 18 anos, e foi a ginástica olímpica que me motivou a cursar Educação Física, eu ainda não pensava em trabalhar com portadores de deficiência, relembra.*

Ela precisou superar grandes dificuldades – passagem de uma barra para outra nas paralelas e os saltos na trave, sem falar em locais de treinamento com pouca claridade. Veio a praticar treinamento de alto nível na faculdade, mas foi durante o estágio, no Flamengo, que Ana Luiza percebeu que havia um trabalho a repassar e desenvolver. Graduou-se com uma monografia sobre a metodologia da ginástica Olímpica para crianças portadoras de baixa visão, e hoje atua com esse público na iniciação ao desporto. *Ao me verem trabalhando, alguns alunos de 5ª a 8ª do Instituto Benjamim Constant, no Rio, já falam em um dia graduarem-se em Educação Física. Eles viram que é possível, completa.*

Se entre Educadores e Profissionais de Educação Física vem aumentando a atenção com as pessoas portadores de deficiência, entre estes também cresce a atração pela Educação Física, como no caso da ginasta Ana Luiza. Outro caso que impressiona é o de Giuliano Ferrati. *Tenho 22 anos, sou portador de deficiência física pois tive que amputar as pernas quando tinha 7 anos, devido a um problema na patela e na tibia. Comecei a praticar esportes com apenas 12 anos de idade, fazendo Jiu-Jitsu. Readaptei todo o modo de lutar do Judô, e também a forma como era lutado o Jiu-Jitsu, diz Ferrati. Há dois anos conheci o Prof. Álvaro*



O Prof. Alvaro romano com seu grande amigo, Giuliano, em um momento de descanso e descontração

Romano, que me convidou para praticar Ginástica Natural e me apadrinhou, ajudando-me a adaptar as atividades físicas à minha situação. Hoje, adoro qualquer tipo de esporte, pois até futebol eu jogo.

Romano (CREF 000712-G/RJ) faz questão de prestar um depoimento pessoal sobre o discípulo, o qual veio a conhecer durante um curso: *Giuliano chegou e ficou no canto da sala. Já tinha experimentado a Ginástica Natural com um aluno meu do jiu-jitsu, que a praticava. No intervalo fui conversar com ele, começamos a fazer alguns movimentos e fiquei impressionado com sua adaptação. Não mais que 5 minutos! Disse-lhe logo que não precisava de aula especial. “Faça junto com os outros normalmente”, recomendei. Desde então ele tem participado de eventos comigo, ele já queria fazer essas apresentações. Seu objetivo agora é cursar Educação Física, o que passou a ser o meu objetivo também, por seu potencial e vontade de ser professor.*

